

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS DOS PROFESSORES E PROFESSORAS DO GRUPO ESCOLAR TENENTE CORONEL JOSÉ CORREIA – ASSÚ/RN

Autor: Gilson Lopes da Silva

Orientadora: Marlúcia Menezes de Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte; gilopes2000@hotmail.com; mmarlupaiva3@gmail.com

Resumo: Destacamos nesse trabalho a atuação e as práticas pedagógicas dos professores do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Esse modelo educacional foi criado no Brasil por volta de 1890 e tinha a finalidade de propagar hábitos de civilidade e urbanidade e contavam com uma série de inovações pedagógicas em seu funcionamento que implicavam uma relação direta na atuação dos profissionais envolvidos nas instituições. Os professores, em especial, contavam com um papel importante na propagação das finalidades do governo republicano dado que serviam como um exemplo e modelo social a ser seguido por seus alunos. O Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia foi inaugurado no dia 07 de setembro de 1911 na cidade do Assú, interior do Rio grande do Norte, durante o desenvolvimento socioeconômico da cidade que acelerou uma série de transformações no espaço urbano. A própria implantação desse modelo educacional denotava a importância dos lugares onde eram construídos. Entre os profissionais que exerceram atividades no grupo escolar da cidade do Assú, destacamos a presença dos professores Luiz Correia Soares de Araújo, João Celso Filho, Alfredo Simonetti, ambos também foram diretores do grupo escolar, e das professoras Maria Carolina Wanderley Caldas, mais conhecida como Sinhazinha Wanderley, e Clara Carlota de Sá Leitão. Entre as inovações presentes nos grupos escolares, identificamos que os castigos físicos aceitáveis nas Escolas de Primeiras Letras, modelo educacional do Brasil-Império, eram substituídos no novo modelo institucional pelo diálogo e uma relação mais afetiva entre alunos e mestres. A formação dos professores de ensino primário também era outro elemento importante, pois era realizada nas Escolas Normais onde recebiam uma série de ensinamentos voltados para os novos métodos e poderiam realizar um estágio nos grupos-modelo de cada estado.

Palavras chave: Práticas pedagógicas, Professores, Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, Cidade do Assú.

Introdução

Com a proclamação da República no Brasil em 1889, seus representantes defenderam um projeto de reforma social moderna, repensando vários espaços sociais, entre eles, a educação popular. Segundo Carvalho (1990), é sob a divisa **Ordem e Progresso** que a República vai construir sua imagem junto à sociedade, com ideias, símbolos e representações capazes de atrair a simpatia e a aceitação do povo.

No setor educacional, são realizadas reformas como a reestruturação da direção superior da instrução pública e a normatização do ensino primário estabelecendo os grupos escolares. Esse modelo de escola era visto como a base para a formação de uma nova identidade nacional onde as propostas dos republicanos eram

colocadas em prática com a finalidade de formar um povo em sintonia com os valores de ordem e progresso, propagando hábitos de civilidade, urbanidade e patriotismo, entre outros.

Analisando a implantação e os novos métodos pedagógicos presentes nas primeiras edificações escolares construídas em São Paulo no início dos anos 1890, Souza (1998, p. 171) identificou que o modelo educacional desse estado foi tomado como sinônimo de progresso e serviu de modelo-base para diversos outros grupos escolares que se desenvolveram pelo país perpetuando uma visão de que “a escola representa as luzes, a vitória da razão sobre a ignorância, um meio de luta contra a monarquia e, conseqüentemente, um instrumento de consolidação do regime republicano”.

Na cidade do Assú/RN, a implantação desse novo modelo de ensino ocorreu com o Decreto nº 254, de 11 de agosto de 1911, durante a administração do Governador Alberto Maranhão. A partir desse decreto, no dia 07 de setembro de 1911 foi inaugurado na cidade o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. A implantação dessa instituição educacional ocorreu simultaneamente ao processo de desenvolvimento econômico da cidade, que já consolidava sua presença no Rio Grande do Norte. O próprio estabelecimento de uma instituição desse porte denotava prestígio político e econômico nas cidades e vilas onde foram implantados nas primeiras décadas da República.

Azevedo e Stamatto (2012), destacam que os grupos escolares apresentavam um conjunto de inovações pedagógicas com projeto arquitetônico próprio, utilizavam novos e diversificados recursos didáticos e prezavam principalmente pela exigência de profissionais mais preparados que os professores das Escolas de Primeiras Letras do Império e atuantes no processo de ensino-aprendizagem e na formação humana e moral dos alunos.

Este trabalho se justifica pela necessidade de ampliação das pesquisas no campo da história da educação na cidade do Assú e pela importância dos professores que atuaram nas primeiras décadas de funcionamento do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, profissionais que estavam diretamente ligados ao novo projeto de reconstrução da Nação a partir do projeto político-social do governo republicano.

O objetivo do trabalho é analisar as práticas pedagógicas dos professores do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia a partir das inovações e orientações propostas para esses profissionais na Primeira República.

Como referencial teórico, utilizamos as reflexões de Saviani (2013) no sentido de compreender as ideias pedagógicas que circulavam na Primeira República e orientavam o funcionamento dos grupos escolares e a atuação dos professores

dessas instituições de ensino primário. Também nos apropriamos do trabalho de Magalhães (2004) que aborda a história das instituições educativas e uma série de conceitos relacionados com o espaço educacional.

Grupos Escolares na Primeira República

No início da República, proclamada em 1889, a educação popular estava sob a responsabilidade dos estados. O Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 assinado por Benjamin Constant instituiu uma reforma nos ensinos primário e secundário. Apesar de estar restrito ao Distrito Federal, o documento apresentava-se como uma referência para a organização do ensino nacional. Porém, Saviani (2013, p. 165) afirma que essa reforma pretendia conciliar estudos literários e científicos, recebendo diversas críticas e “a tentativa mais avançada em direção a um sistema orgânico de educação foi aquela que se desenvolveu no estado de São Paulo” que lançou em 8 de setembro de 1892 a Lei nº 88.

Embora a reforma promulgada nesse documento abrangesse todos os setores da instrução pública, o foco da lei era o ensino primário e a grande novidade veio com a instituição dos grupos escolares que representavam um momento de modernização do ensino no Brasil.

Esse novo modelo educacional tomou forma no Estado de São Paulo a partir de 1894 com a criação do Grupo Escolar Escola-Modelo da Luz (MOREIRA, 2005, p. 93) e era constituído pela reunião ou agrupamento de três ou mais escolas regidas cada uma por um professor, compreendendo cursos infantil, elementar e complementar, sob a administração de um diretor, consolidando-se em todo o Brasil.

O primeiro grupo escolar do Rio Grande do Norte foi instalado na cidade de Natal. Chamado de Grupo Escolar Augusto Severo, foi criado pelo Decreto nº 174, de 5 de março de 1908, no exercício do governo de Antônio José de Souza e Melo (1907- 1908). No ano seguinte foi instalada a Reforma da Instrução Pública (Lei n. 284, de 30 de novembro de 1909) na perspectiva de estabelecer diretrizes para o sistema de ensino público no âmbito do ensino primário, secundário e normal, sob a responsabilidade do governo estadual. De acordo com o Decreto nº 198, de 10 de maio de 1909, o Grupo Escolar Augusto Severo também passa a ser a Escola-Modelo para outros grupos construídos no Rio Grande do Norte (MOREIRA, 2005).

Os grupos escolares faziam parte do projeto de modernização do estado, juntamente com outros aspectos de melhoramento como “a abertura de estradas, a construção de linhas férreas, o aformoseamento de praças e ruas, a iluminação elétrica e as práticas de higienização e civilidade da população” (SILVA, 2011, p. 56).

Moreira (2005, p. 110), ainda considera que a consolidação desses novos espaços de escolarização estavam “intrinsecamente relacionadas às demandas políticas e às diferentes práticas econômicas” desenvolvidas nas regiões de implantação, visivelmente correlacionadas “às localidades inscritas nas áreas da produção do açúcar e do algodão”, núcleos mais representativos do Rio Grande do Norte e mais fortes politicamente.

Na Primeira República, a cidade do Assú desenvolvia importantes atividades econômicas com a produção do algodão e a extração da cera de carnaúba sendo um importante empório comercial do interior do estado. Essas atividades econômicas provocaram uma série de transformações e melhoramentos no espaço urbano e a implantação do novo modelo de funcionamento da instrução primária proposta pelo governo republicano acontece exatamente dentro do progresso socioeconômico da cidade.

A ideia de implantação de um grupo escolar no Assú se deu a partir de 1910 sob a iniciativa do juiz de Direito José Correia de Araújo Furtado. Diante dos sinais de progresso pelos quais a cidade passava, José Correia percebeu o quanto era necessário um local apropriado que pudesse oferecer instrução primária de qualidade para a população e realizou campanhas comunitárias para levar adiante o empreendimento.

De acordo com Silva (2004, p. 53), “os municípios que apresentavam interesse em instalar uma escola desse porte precisavam assumir o compromisso com as despesas da construção do prédio”. Além disso, a criação de um grupo escolar poderia ser solicitada pelo intendente do município, associações ou particulares, que se responsabilizavam pelo pagamento do porteiro-zelador, das despesas materiais e de expediente, como a conservação do prédio e o mobiliário. O governo estadual se responsabilizava pela nomeação e remuneração do professorado.

Durante a administração do Governador Alberto Maranhão foi lançado no dia 11 de agosto de 1911 o Decreto nº 254 criando “na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado Tenente Coronel José Correia, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo e uma mista infantil” (RIO GRANDE DO NORTE, 1911). Demonstrando o envolvimento do povo assuense com os ideais patrióticos que tomavam conta do país à época “suas portas foram abertas na data em que se comemorava a

Independência do Brasil” (BEZERRA, 2006, p. 5), no dia 07 de setembro de 1911.

Todo o processo de escolarização presente nesse espaço é pensado com a finalidade de romper com a imagem arcaica e tradicional dos modelos e métodos das Escolas de Primeiras Letras do período imperial que funcionavam geralmente nas residências dos próprios professores. Instituição escolar com traços marcantes, os grupos escolares dispunham de grande aparato de inovações pedagógicas com a finalidade de construir uma nova identidade nacional e um perfil de povo civilizado e letrado formando cidadãos amantes da ordem e do progresso¹.

Profissionais atuantes em um novo contexto educacional

As inovações do ensino presentes nos grupos escolares diferenciavam-se das Escolas de Primeiras Letras por contar com um corpo de funcionários comprometidos com a qualidade da educação e que deveriam trabalhar respeitando as orientações estipuladas nos documentos reguladores. Souza (1998, p. 62), afirma que os grupos escolares foram “responsáveis por uma nova organização do trabalho e pela distribuição interna do poder dentro da escola”.

Magalhães (2004, p. 144), chama a atenção para as relações e hierarquias que se estabelecem entre os sujeitos e agentes que participam das instituições educativas. Segundo ele:

na área pedagógica e didática, a relação entre professores, alunos e funcionários é fundamental (sendo contudo central a relação entre o corpo docente e o discente). Na área de direção e gestão, quer os alunos quer os professores, enquanto docentes, são secundados ante os órgãos de administração, chefia e poder.

Como veremos mais adiante, os grupos escolares favorecem uma nova maneira do fazer pedagógico e das relações que se estabelecem entre professores e alunos. Contudo, do ponto de vista hierárquico é entronizada a figura do diretor, “desconhecida nas escolas primárias durante os anos do Rio Grande do Norte imperial” (ARAÚJO, 1979, p. 136), que assumiu a organização central dos processos desenvolvidos na escola.

¹ De acordo com Pinheiro (2002, p. 162) “A partir da implantação do regime republicano [...], a questão educacional ganhou progressiva centralidade política nos discursos da elite brasileira, chegando, inclusive, a dar o ‘tom’ nas campanhas eleitorais. ‘Educar o povo’ passou a constituir uma das metas mais importantes a ser alcançada por gestores públicos”.

O artigo 26º do Decreto nº 239, de 15 de dezembro de 1910 (RIO GRANDE DO NORTE, 1910, p. 122) orientava que “a direção dos grupos escolares, até o máximo de cinco escolas, pertence a um dos professores, indicado ao Governo pelo Diretor Geral, com direito á gratificação adicional constante da tabela”. Apenas os grupos com mais de seis escolas seriam administrados por um professor diplomado que não era obrigado a assumir uma classe.

Luiz Correia Soares de Araújo assumiu a cadeira masculina elementar e esteve à frente da direção do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia até 1913. Em seu discurso durante a sessão de inauguração do grupo escolar, o professor Amphilóquio Câmara parabenizava a “família assuense pela aquisição de Luiz Soares para professor do grupo, no qual folgava de ver um verdadeiro amante da instrução e que na escola, ele seria um verdadeiro continuador da obra do lar” (A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1911). O destaque dado a presença do professor Luiz Soares como diretor e professor do grupo escolar expressam a relação que deveria existir entre escola e família para que o ensino fosse eficiente e obtivesse resultados satisfatórios².

Além do professor Luiz Correia Soares de Araújo, na primeira turma de docentes do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia também foram empossadas as professoras Clara Carlota de Sá Leitão e Maria Carolina Wanderley Caldas (Sinhazinha Wanderley) e o porteiro-zelador Manoel Marcolino Filho³.

Clara Carlota de Sá Leitão e Sinhazinha Wanderley faziam parte de famílias tradicionais do Assú. No grupo escolar da cidade, foram nomeadas provisoriamente para assumir as cadeiras feminina elementar e infantil mista, respectivamente. As professoras não tinham titulação formal na época da criação do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Para assumirem o cargo efetivo era exigida a formação profissional do ensino primário que deveria ser realizada num curso oferecido pela Escola Normal com um estágio realizado no Grupo Escolar Augusto Severo, em Natal. De acordo com Pinheiro (1997, p. 133) o curso normal contava com quatro anos de duração, sendo que:

ao concluir o último ano, o aluno aprovado requeria a prova de capacitação profissional, a qual lhe dava o diploma de professor primário em regime efetivo, em qualquer Grupo Escolar do Estado do

² Alguns anos depois, o professor Alfredo Simonetti vai afirmar que “A missão do professor primário cada vez mais se evidencia, não só porque o seu fito é espalhar por toda a parte a luz intensa do abecedário como também porque é seu mister amoldar os caracteres infantis, lapidar estes diamantes ainda não lapidados, contribuindo para a fortaleza da família e consequentemente a grandeza da pátria” (PINHEIRO, 1997, p. 143).

³ Manoel Marcolino Filho também atuou como oficial de justiça e tornou-se uma figura muito conceituada e estimada na cidade do Assú que “gozava da amizade de juízes, tabeliães, promotores e advogados junto a quem servia, sempre fiel ao seu mandato judicial” (SILVEIRA, 1995, p. 32).

Rio Grande do Norte. Os professores atuantes em grupos escolares que funcionavam no interior do Estado, e em regime de contrato provisório, poderiam solicitar ao Diretor Geral de Instrução, cargo hoje correspondente ao de Secretário de Educação, a inscrição nos exames de habilitação.

Dessa forma, no ano de 1918 as professoras fazem o pedido de requerimento de inscrição nos referidos exames de admissão e enfrentaram uma longa viagem que durou três dias a cavalo, de Assú para Taipu, onde pegariam o trem para Natal e prestariam os exames de capacitação. As provas foram realizadas entre os dias 10 e 14 de janeiro de 1918 por uma comissão composta pelos professores Ivo Cavalcante, Cônego Estevam Dantas, Theódulo Câmara, Tavares Guerreiro e Luiz Correia Soares de Araújo, antigo colega de trabalho das professoras. Maria Carolina Wanderley Caldas e Clara Carlota de Sá Leitão receberam seus títulos de professoras primárias e permaneceram no grupo escolar do Assú até meados da década de 1950.

Os professores João Celso Filho e Alfredo Simonetti também demonstraram importante atuação na instituição educativa.

João Celso Filho cursou o ensino primário na cidade do Assú. Em 1906 partiu para a cidade de Maracanã no Pará, onde submete-se a concurso para Fiscal do Consumo, sendo aprovado. Em 1912, abandona o cargo e retorna ao Assú para assumir funções no Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia, onde, segundo Amorim (1965, p. 67) deixou “traços inapagáveis da sua atuação em proveito da mocidade”. Vasconcelos (1977, p. 41) também informa que o professor João Celso Filho dedicou-se à advocacia com “marcante atuação no foro desta e das comarcas circunvizinhas, ganhando renome e conceito durante a sua longa militância nos meios forenses do Rio Grande do Norte”.

Alfredo Simonetti nasceu em Natal no dia 24 de outubro de 1900 e formou-se em 1920 pela Escola Normal de Natal. O professor iniciou no ensino primário no mesmo ano quando foi nomeado para o Grupo Escolar Moreira Brandão, na vila de Goianinha/RN, e em 1923 foi promovido como professor do curso complementar do Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Como diretor, criou uma biblioteca infantil⁴. Chegando ao Assú ainda moço, casou-se com Maria Augusta de Sá Leitão, irmã da professora Clara Carlota de Sá Leitão. Ainda atuou como poeta, jornalista, animador cultural e escreveu algumas peças de teatro.

⁴ O Regimento Interno dos Grupos Escolares (1925) orienta que sempre que possível haveria uma biblioteca nos grupos escolares com o objetivo de incentivar a cultura dos alunos ou de pessoas estranhas que possam acessá-la com a permissão do diretor do grupo.

Raimundo Nonato, memorialista mossoroense, descreve que o desempenho do professor Simonetti e sua ação na escola “foi assim, como uma espécie de aticismo de claridade fixadora e espontânea, de sensação do respeito à disciplina, de atos enérgicos, de força moral e persuasão pessoal que revestiam todas as suas manifestações e atitudes humanas” (SIMONETTI, 1995, p. 31).

As mudanças presentes nos grupos escolares apontavam novos comportamentos no cotidiano da sala de aula e na ação dos professores que se afastavam do direito de autonomia didática e do sentimento de propriedade da escola como era tão comum nas Escolas de Primeiras Letras. Os processos pedagógicos e didáticos que se estabeleceram nos grupos destacam uma nova forma relacional inovadora entre professores, alunos e conhecimento. Pinheiro (1997, p. 141) informa que com a aplicação desse novo modelo inaugurava-se:

uma forma diferente de ensinar que implicava diretamente na relação entre alunos e o conhecimento que antes, na maioria das vezes, caracterizava-se pelo tédio, pavor ou monotonia. Para aprender era preciso, quase sempre, experimentar a dor, o terror, o pavor, o medo ou a humilhação. Não aprender significava vivenciar o sentimento de fracasso diante das expectativas dos colegas, do professor, da família, e, conseqüentemente, a humilhação. Significava, também, a possibilidade de ser punido, na maior parte das vezes, fisicamente.

Nos grupos escolares, os castigos físicos foram abolidos e as novas orientações afirmavam que a base da disciplina seria a afeição recíproca entre os mestres e discípulos e instituía como meios acessórios para os professores o emprego moderado de prêmios e penas (RIO GRANDE DO NORTE, 1910).

Dessa forma, a palmatória que representava o principal instrumento de punição adotado no cotidiano das Escolas de Primeiras Letras, o poder e a autoridade do professor, além de uma provável segurança de que o processo de escolarização seria eficaz, perde seu lugar central e sua função disciplinadora. Ao menos legalmente, os castigos físicos dão lugar a uma prática mais branda e respeitável entre professores e alunos apresentando uma cumplicidade, respeito e afeto nas relações que se estabelecem entre ambos. De acordo com Faria Filho (2014, p. 166), nesse novo momento da instrução primária “elogiava-se a professora que não mais empregando o bolo conseguia conduzir sua turma com energia, carinho e sensibilidade”.

A própria imagem do professor mesmo no âmbito social era importante para favorecer um ensino eficiente e perpetuar hábitos ordeiros e de civilidade para os seus alunos. Segundo

Souza (1998, p. 61), na constituição da profissão docente ele passa “a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica”. Nesse novo universo de profissão docente, era exigida uma sólida formação geral por parte dos professores que deveriam demonstrar sabedoria no entendimento do mundo, do homem e da sociedade, ser experientes na arte de ensinar e no domínio metodológico.

O levantamento dessas questões deixa entrever o conflito que existe na circulação de novas práticas pedagógicas em detrimento da antiga forma de ensinar do mestre-escola. Põe em evidência as mudanças ou os rompimentos com os diversos aspectos que orientavam a ação dos professores em dois momentos da história da instrução primária brasileira, Império e República, e as ideias pedagógicas (SAVIANI, 2013) que orientavam cada um desses momentos.

Enquanto os professores das Escolas de Primeiras Letras tinham a possibilidade de exercer sua autoridade em sala empregando os castigos físicos, ensinavam em espaços pouco adaptados e com recursos considerados ultrapassados para as dimensões de ensino-aprendizagem, os professores dos grupos escolares estabeleciam uma relação mais afetiva com os alunos, contavam com um espaço servido de amplas instalações, com material e recursos didáticos considerados inovadores e eram orientados por métodos mais atrativos para despertar a atenção dos alunos.

A educação proposta nas primeiras décadas do governo republicano também tinha a finalidade de orientar e organizar diversos setores da nação por meio da formação moral, inculcando valores capazes de destruir vícios, perversões e outros malefícios que ameaçavam a moralidade social. Simonetti (1995, p. 16) acredita que para os educadores que atuaram nos grupos escolares, espaços de transformação da própria realidade social, “inserir-se no contexto do ensino público [...] significou não só, um feito de caráter pessoal e individual, mas, um compromisso de cunho social com a educação de quantos foram seus alunos, e, de seu saber, aprendizes”.

Conclusão

Por meio desse trabalho, analisamos as inovações pedagógicas presentes nos grupos escolares que orientavam a atuação dos profissionais dessas instituições educativas, em especial, dos professores. No Grupo Escolar Tenente Coronel José

Correia, mais especificamente, investigamos a presença dos professores Luiz Correia Soares de Araújo, Alfredo Simonetti, João Celso Filho, Maria Carolina Wanderley Caldas e Clara Carlota de Sá Leitão. Observamos que as inovações pedagógicas referentes a esses profissionais atentavam para práticas diferentes propostas nas Escolas de Primeiras Letras, modelo educacional vigente no Brasil Império.

Os professores dos grupos escolares exerciam seu magistério em um espaço educacional próprio, com amplas instalações, recursos e métodos que envolviam o aluno e despertavam o interesse pelo conhecimento. Estabelecia-se um novo processo interacional entre professores e alunos, pautado numa relação mais branda e afetiva entre ambos. O professor se dirigia ao aluno como um amigo e por meio de seu próprio exemplo, buscava despertar no educando hábitos morais, de civilidade e urbanidade participando ativamente do novo momento político-social proposto pelo governo republicano.

Entendemos que os grupos escolares representam um importante momento da história da educação brasileira, principalmente quando instituiu novas práticas para a atuação dos professores de ensino primário. Esses profissionais se destacaram no novo contexto da educação brasileira assimilando e propagando um projeto do governo republicano em que a educação seria um caminho para se chegar ao ideal de Ordem e Progresso e construindo uma imagem significativa dos próprios professores vistos como **sacerdotes da educação**, dado que o exercício do magistério era considerado como uma vocação importante e necessária dentro do projeto de reconstrução da nação.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Francisco. **História da imprensa do Assú**. Natal: Departamento Estadual da Imprensa, 1965.

ARAÚJO, Marta Maria de. **Origens e tentativas de organização da rede escolar do Rio Grande do Norte da Colônia à Primeira República**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

A REFORMA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: “Os Grupos Escolares”. **Jornal A República**. 09/09/1911. Natal, 1911.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da Ordem e do Progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

BEZERRA, Ivan Pinheiro. Escola José Correia – 95 anos de glória. **Tribuna do Vale do Açu**. 02/09/2006. Assú, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA FILHO, Luciano mendes. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906-1918). Uberlândia: EDUFU, 2014.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. **Um espaço pioneiro de modernidade educacional**: Grupo Escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13). Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

PINHEIRO, Rosanália de Sá Leitão. **Sinhazinha Wanderley**: o cotidiano de Assú em prosa e verso (1876-1954). Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 1997.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto n° 239, de 15 de dezembro de 1910**. Baixa o Código de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 15 de dezembro de 1910.

_____. **Decreto n° 254, de 11 de agosto de 1911**. Cria na cidade do Assú o Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 11 de agosto de 1911.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Maria da Conceição Farias da. **O Curso Normal de 1° Ciclo em Assú/RN (1951/1971)**. Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

_____. **Reconstruindo práticas**: significações do trabalho de professoras na década de 1920. Dissertação. (Mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2004.

SIMONETTI, Américo Vespúcio. **Alfredo Simonetti**. Mossoró, RN: Coleção Vale do Assú, 1995.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Editora Unesp, 1998.

VASCONCELOS, João Carlos de. **Coletânea Literária Assuense**. Assú: Coleção Assuense, 1977.